

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: CAMINHOS PARA REBELDIA, RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

### **TRAINING OF INDIGENOUS TEACHERS: PARTHS TO REBELDY, RESISTANCE AND FREEDOM**

Laudinéa de Souza Rodrigues<sup>1</sup>

Dulcilene Rodrigues Fernandes<sup>2</sup>

Ana Paula Werle<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo, pretende-se discutir a importância da formação de professores indígenas, como possíveis caminhos que os povos autóctones utilizam para a sua emancipação política e cultural frente às ameaças que os perseguem há séculos. Entre as violências estão as que se relacionam a terra indígena que vincula-se diretamente aos modos de vida dessas populações. O cenário que se apresenta atualmente é de crescente assassinato de líderes indígenas, de políticas públicas que flexibilizam a exploração em territórios indígenas ou que ameaçam retomar terras já demarcadas. Os dados que serão debatidos neste texto são provenientes de entrevistas semiestruturadas com os professores indígenas de uma das aldeias do Povo Gavião Ikolen que moram Terra Indígena Igarapé Lourdes no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, bem como, de um relato via entrevista com uma professora formadora que trabalhou em cursos de formação de professores indígenas no interior do Estado de Mato Grosso e que expressa suas impressões acerca do que os professores indígenas querem e esperam dos cursos de formação. Tais dados foram coletados respaldando-se nos pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa. Nas entrevistas, os cursos foram apontados como tendo relevância para o preparo dos professores no que diz respeito ao exercício da docência. Foi observado que tais cursos são um modo que os povos indígenas encontram para transitar entre os saberes indígenas e aqueles que não são dos povos indígenas. Desta forma, os cursos de formação docente indígena contribuem para que consigam lutar e resistir aos ataques movidos pela ganância social e capitalista atuais.

**Palavras-chave:** Povos indígenas. Educação escolar indígena. Formação de professores indígenas. Violência. Resistência.

### **Introdução**

No Brasil há cerca de 300 povos indígenas com aproximadamente 900 mil pessoas<sup>1</sup>. Se por um lado, alguns grupos étnicos têm seu território demarcado, o que contribui diretamente para que seus modos de vida sejam respeitados, por outro, existe a triste realidade daqueles que estão vivendo às margens de estradas em barracas improvisadas com lonas ou palha, pedindo comida ou dinheiro em semáforos ou em calçadas. Ainda há os que vivem em comunidades

---

<sup>1</sup> Docente na Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: [laudineasouza@hotmail.com](mailto:laudineasouza@hotmail.com).

<sup>2</sup> Docente na Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: [dulcipacto@gmail.com](mailto:dulcipacto@gmail.com).

<sup>3</sup> Docente na Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis; Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Contato: [anamoeschbacher@gmail.com](mailto:anamoeschbacher@gmail.com).

superlotadas suscetíveis à doenças diversas, bem como aqueles que tiveram suas comunidades dizimadas existindo apenas um pequeno número de indígenas.

As populações autóctones têm lutado para proteger e até mesmo recuperar sua terra, línguas, crenças e costumes. Dentre esta população e com história similar, estão os Gavião Ikolen que habitam a Terra Indígena Igarapé Lourdes localizada no Município de Ji-Paraná no Estado de Rondônia. Neste trabalho apresentaremos o que alguns professores indígenas desta etnia pensam acerca da sua formação para a docência.

Além das percepções dos professores Ikolen, este texto apresenta também algumas experiências de uma professora formadora em cursos de Magistério e Licenciatura Intercultural Indígena no Estado do Mato Grosso. Cursos que atendem diversas etnias da região como os Bororo, Xavante, Tapirapé, Paiter Suruí, entre outros.

As populações originárias apresentam diferentes nuances em sua história de contato ao longo dos anos, bem como, no modo que lidam com as implicações advindas de tal contato. Entretanto, o que elas têm em comum é a certeza de que a educação escolar indígena por meio da formação acadêmica de seus professores, pode ser uma das maneiras que encontraram para resistir e continuar sobrevivendo. Deste modo, o presente texto almeja pontuar a formação indígena para a docência como uma estratégia que os povos autóctones utilizam para a sua emancipação política e cultural.

Para refletir acerca da temática indígena, este texto recorre às contribuições de diferentes autores contemporâneos que dedicaram parte do seu trabalho à temática da “educação escolar indígena. Deste modo, aporta-se em Maher (2006), Grupioni (2008), Tassinari (2001), Paes (2002), Fernandes (2007), Rodrigues (2014), Guajajara (2019), além de alguns documentos legais como a Constituição Federal de 1988, entre outros que garantem a oferta de cursos de formação indígena para a docência.

Para tratar da violência sofrida pelos povos indígenas, além de informações advindas de notícias de sites da internet, há o respaldo teórico em Santos (2007), Bordieu (1989) e Certeau (2013). E para fundamentar a origem dos dados, Bogdan e Biklen (1994) ofertam os elementos necessários para procedimentos metodológicos baseados na pesquisa qualitativa.

A proposta de investigação tem a intenção de discutir os aspectos qualitativos das práticas desenvolvidas. Deste modo, o trabalho foi estruturado com base na metodologia qualitativa, tendo como sustentação os trabalhos de Peirano (1995), Bogdan e Biklen (1994), dentre outros. De acordo com Bogdan e Biklen, este tipo de abordagem metodológica “[...]”

exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Diante do contexto, a etnografia deu subsídios para que a pesquisa se desenvolvesse de maneira mais proveitosa e, ainda, que a coleta de dados tivesse sido direcionada em curto espaço de tempo, houve a apropriação e utilização da descrição, um dos instrumentos deste tipo de pesquisa. Além de entrevistas semi estruturadas com os colaboradores do trabalho em que se pôde registrar as concepções que tinha sobre a formação docente indígena.

### **Os povos indígenas: identidade, violências e resistências**

É inevitável que uma sociedade não sofra mudanças em sua estrutura social e cultural quando esta estabelece contato com outra, portanto, vale lembrar que os povos indígenas brasileiros enfrentam ainda na atualidade situações graves de violência. A problemática que faz parte do cotidiano das comunidades, tem seus resquícios que surgiram nos primórdios do processo de ocupação e colonização.

As demandas históricas que marcam o percurso das estratégias colonialistas constituíram-se a partir da invasão de terras, bem como pelos aldeamentos jesuíticos com o objetivo de catequizar os grupos indígenas. Assim, amparando-se na discriminação étnica, o processo colonizador, ainda hoje, se concretiza em ameaças e assassinatos que constroem um cenário de extrema vulnerabilidade aos povos originários. Nesse sentido, justificada e promovida pelas relações de poder, toma forma o conceito de violência simbólica que nos aponta Bourdieu (1989, p. 14) “[...] o poder simbólico, não reside nos sistemas simbólicos, em forma de uma ‘illocutionary force’, mas que se define numa relação determinada, e por meio destas, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”.

A promoção de grandes projetos dentro de terras indígenas, como o agronegócio, a mineração, as hidrelétricas e a construção de rodovias que cortam as aldeias, colocam em risco a sobrevivência e a qualidade de vida das comunidades, ao passo que impulsionam a violência estrutural, quando causam prejuízo e mortes que poderiam ser evitadas, se não fosse a falta de atuação e proteção pelo Estado Brasileiro.

Nesta perspectiva, até meados do século XX o Brasil passou pelo processo de Neocolonização, período de grande expansão e transformação econômica e social, desse modo,

o interior do país começa a ser povoado. As comunidades indígenas, que foram as maiores vítimas da exploração das riquezas, passaram a ter seu espaço reduzido pelas novas fronteiras comerciais, com o enfoque em dominar e explorar territórios de forma desenfreada, pressionadas pelo autoritarismo e pela repressão.

A implementação de medidas para organização de ocupação, como a política indigenista, pelo discurso colonial, propõe políticas que reforçam a segregação, num sentido de total exclusão de elementos e formas culturais, representam o indígena como um ser periférico, o marginal, à margem do social e econômico. Tende a ocultar toda uma origem étnica, vinculada a uma abundância de representações simbólicas. Sonia Guajajara, sublinha o projeto do capitalismo, que os mata de várias formas, seja na violência experimentada pelo corpo ou pelo adoecimento psíquico.

Uma das maiores barbáries da história brasileira foi e continua sendo o projeto de (re)colonização programada estrategicamente concentrado na educação, na formação do pensamento, e que levou a um adoecimento da nossa sociedade. Nosso povo, em grande parte, perdeu a conexão com suas matrizes ancestrais. Que esperança há em alguém que é incapaz de responder (ou pelo menos, de perguntar) quais são suas raízes culturais? (GUAJAJARA, 2019, p.172).

Nesta perspectiva, a política de aldeamento tornou-se uma prática de reorganização dos espaços, com intenções concretas de isolamento aos indígenas, que não permaneceram reclusos, foram criadas colônias agrícolas, abarrotadas de missionários, necessários para impor tutela pela catequização e civilização aos aldeados que, deveriam ainda que forçadamente apropriar-se de um modelo dominante de identidade, sem diferença étnica e cultural. De maneira muito certa, Milton Santos alude de que as rupturas causadas pela perda de cultura, causam dor e sofrimento.

Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência, de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. E por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização. (SANTOS, 2007, p. 81-82)

Neste sentido, atualmente o que se vê nas mídias e diversas redes sociais são alegações de que “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós” ou que se trata de um absurdo as terras indígenas corresponderem a uma área de 13% do território brasileiro e que por isso, não haverá demarcação de terras indígenas durante a atual gestão do país.

Defendendo a ideia de que os indígenas devem ser integrados à sociedade abrangente, o que se faz na verdade é um desmantelamento destes povos. Quando sua terra é roubada – seja por vias da não demarcação de novos territórios, pela redução dos já demarcados, pela exploração legal ou clandestina, pela invasão de grileiros ou fazendeiros – é também roubado uma parte da sua identidade.

A terra para os povos originários é mais do que representa para a sociedade nacional. Ela não só oferece o alimento, mas também sustenta as diversas formas de ligação com sagrado, ela alimenta as florestas, abriga as aldeias e para muitas culturas, abriga também os espíritos. A terra é sagrada, portanto, não há dinheiro que pague o seu valor.

Não é coincidência que, na mesma ocasião em que se vê o desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os frequentes discursos gananciosos por parte do atual governo, iniciativas de políticas que possibilitam que terras já demarcadas sejam novamente roubadas e a flexibilização de outras, também se constata o assustador crescimento do número de indígenas assassinados do país<sup>ii</sup>.

Os povos nativos indígenas do Brasil estão sendo violentados escancaradamente. Violentados pelo discurso de ódio, pela tomada de suas terras, pelo desprezo com suas culturas, pela educação escolar de fato indígena e de qualidade que lhes é negada. E, conforme afirma Guajajara, esta é uma das mais cruéis barbáries.

Diante dos abusos e ataques que os povos indígenas sempre enfrentaram nas relações estabelecidas com a sociedade abrangente, tiveram que encontrar ferramentas que lhes possibilitassem transitar nas diferentes culturas apropriando-se daquilo que contribui com a defesa dos interesses das comunidades. Uma das ferramentas e talvez a mais poderosa, é a formação indígena para a docência.

Há séculos que a escola e os seus rituais chegaram aos povos indígenas mudando o seu cotidiano e apontando futuros obscuros para essas sociedades. Foram muitos os reveses, os avanços e tragédias enfrentados ao longo da história. A educação escolar indígena, por muito tempo, acontecia com fins diversos sob o comando de pessoas que não pertenciam ao grupo étnico em questão e que não recebiam formação acadêmica para tal trabalho. Ela apresentava-se com diferentes estratégias. Segundo Maher (2006), *a priori*, as crianças indígenas eram colocadas em internatos para ser evangelizadas ou catequizadas após terem sido retiradas de suas famílias, assim aprendiam o português e a cultura do não índio.

Posteriormente, foram criadas escolas nas aldeias onde os anos iniciais eram trabalhados com a utilização da língua materna da etnia. Após a criança alfabetizar-se era inserido o português. Em um terceiro momento a educação postulava que o aluno utilizasse e preservasse sua língua materna, mas também que adicionasse a língua portuguesa ao seu repertório.

Essa movimentação indígena em busca de reconhecimento traz para a Constituição Federal de 1988 a garantia do respeito às suas particularidades educacionais. Além de ser assegurada a utilização da língua materna é também afirmado que os povos indígenas têm direito a “processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988, p. 132).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) inclui em seu texto que a União deve desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa com o objetivo de “manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas” (BRASIL, 1997, p. 54).

A educação escolar indígena, que antes era de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a publicação do Decreto nº 26/91 passou a ser compromisso do Ministério da Educação (MEC), em consonância com Estados e Municípios. Entretanto, essas mudanças “ocorreram sem a criação de mecanismos que assegurassem certa uniformidade de ações que garantissem a especificidade destas escolas” (BRASIL, 2001). Desse modo, o que houve fora apenas uma transferência de obrigações.

Em relação a essa “troca” de responsabilidade, Grupioni (2008) argumenta que, na prática, a educação escolar indígena tornava-se mais um trabalho para as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Apesar dos contratempos, toda a movimentação política em torno da educação indígena partia do princípio de que essa escola deveria ser diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

Ora, uma educação escolar com tais características exige profissionais preparados para lidar com suas particularidades. Profissionais que compreendam o viver indígena, que tenham sensibilidade para construir uma prática pedagógica que se constitua a partir dos saberes e vivências da comunidade. Nesse contexto, ninguém melhor do que o próprio índio para ser professor na escola indígena.

Também chamada de *Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes* – realizada em 1989 (RCNE/Indígena, 1998) –, a Convenção de Nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) declara em seu Artigo 27 que é preferível a participação de indígenas em cursos de formação para a docência para que se torne deles o

protagonismo em suas escolas. Este direito também é garantido pela Portaria Interministerial MJ e MEC N° 559, de 16 de abril de 1991. Outro documento que garante a formação indígena é a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 26 de fevereiro de 1997<sup>iii</sup>.

Conforme visto, os documentos aqui citados garantem a preferência da atuação de professores indígenas para suas escolas por meio de uma formação específica para a docência. O professor e a professora indígena passam então a ocupar um lugar de poder no interior da aldeia, já que conhecem saberes pertencentes à sociedade não indígena, falam a língua portuguesa e percorrem os dois universos com menos conflitos.

Eles vivem num espaço de fronteira, conforme Tassinari afirma. Para a pesquisadora, a escola é o lugar onde “conhecimentos e tradições são repensados, às vezes reforçados, às vezes rejeitados, e na qual emergem e se constroem as diferenças étnicas” (TASSINARI, 2001, p. 68). Transitam nos dois lados da fronteira, pois, encerraram seu “rito de passagem”. Conforme destaca Fernandes, “os rituais de passagem supõem que o iniciante cumpra todas as etapas estabelecidas dentro de um determinado prazo e que o seu desempenho seja considerado satisfatório” (2007, p. 104).

Ainda que os cursos de formação indígena para a docência apresentem fragilidades, não se pode negar sua relevância para a formação de professores índios e para a busca da constituição de escolas voltadas para as comunidades das aldeias. Os professores colaboradores da Etnia Gavião Ikolen expressaram o que pensavam sobre isso:

É importante porque o professor indígena fica sempre aqui na aldeia. Aí se tiver só professora e professor branco, ele não vai demorar muito igual nós aqui. [...] Eu já aprendi um pouco lá no Açai. Eu não sabia como dar aula ainda. Aí explicou muito sobre alfabetização, como que trabalha com criança. [...] Acho que o curso é importante porque tá ajudando cada aluno. Eu gosto do curso porque estou querendo aprender. [...] É importante pra nós, para os professores, pra ser professor, aprender, conhecer os conhecimentos. (RODRIGUES, 2014, p. 125-128).

### **Imagem 1: Professores indígenas Gavião Ikolen em momento de planejamento**



**Fonte:** Rodrigues, 2014, p. 24.

Na educação brasileira, as desigualdades são históricas. Desta forma o educador precisa compreender como o sistema educacional foi pensado para promover e privilegiar somente a população branca. Os componentes socioculturais que se expressam no modo de existir dos povos indígenas, são elementos que possibilitam que o ensino trabalhado em cada escola, preserve e reafirme a especificidade de cada identidade local.

De acordo com os relatos, um dos motivos para prezar por professores índios é que eles faziam parte da comunidade e, por isso, possuíam maior disponibilidade para a escola, podendo lecionar todos os dias. Já os docentes da cidade ficavam na aldeia determinados períodos e, mesmo com seus esforços, de acordo com os professores entrevistados, não conseguiam atender as necessidades dos alunos.

Um dos colaboradores relatou seu ponto de vista sobre a Licenciatura Intercultural Indígena oferecida no Estado de Rondônia:

A gente tem que aprender mesmo as coisas dos não indígenas... essas regras... tem muitas coisas pra gente aprender. Como eu sou indígena, eu pretendo aprender mais ainda. Eu, particularmente, não queria aprender... conhecer a educação assim... É mais importante eu aprender a cultura indígena, conhecer a cultura indígena através da teoria, mas eu precisava aprender mais aprofundado como é o curso de vocês. [...] A gente precisa de muitas coisas. Não só para os alunos, mas pra comunidade também. A gente quer aprender a elaborar um projeto e trazer benefício pra nossa comunidade, defender a nossa terra e identidade e pra isso que estamos aprendendo no curso. (RODRIGUES, 2014, p.128)

### **Imagem 2: Professor indígena Gavião Ikolen em momento de aula**



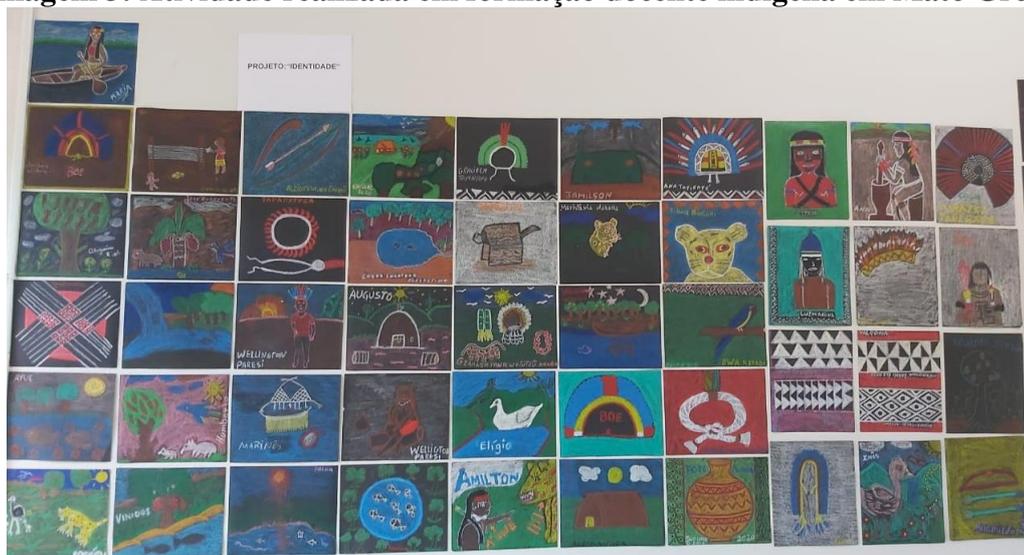
**Fonte:** Rodrigues, 2014, p. 90.

A educação oferecida pela sociedade majoritária é considerada por aqueles estudantes como fonte de informações que possibilitam melhorias para seu povo. Para eles, os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação podem ajudá-los a desenvolver projetos que ajudem a defender seu território e identidade. Assim, a educação que é pensada e advinda de uma sociedade capitalista, que sempre massacrou os povos nativos, torna-se para eles uma maneira de se defender desta mesma sociedade.

Além da perspectiva que os professores Gavião Ikolen tinham sobre os cursos de formação docente em que participavam, há também a experiência de uma professora que nos momentos de formação ocupava um outro lugar. O lugar de mediadora do processo de construção de conhecimentos das professoras e professores indígenas no interior do Estado de Mato Grosso.

Em suas diversas participações enquanto formadora de professores indígenas, compartilhou e construiu saberes com diversas etnias do Estado e região. Ouviu diversas línguas sendo faladas cotidianamente, experimentou diferentes sabores da culinária indígena e contemplou ricas produções escritas e artísticas. Tais experiências são endossadas no respeito e na sensibilidade que seu trabalho requer.

**Imagem 3: Atividade realizada em formação docente indígena em Mato Grosso**



**Fonte:** Acervo pessoal da colaboradora, 2019.

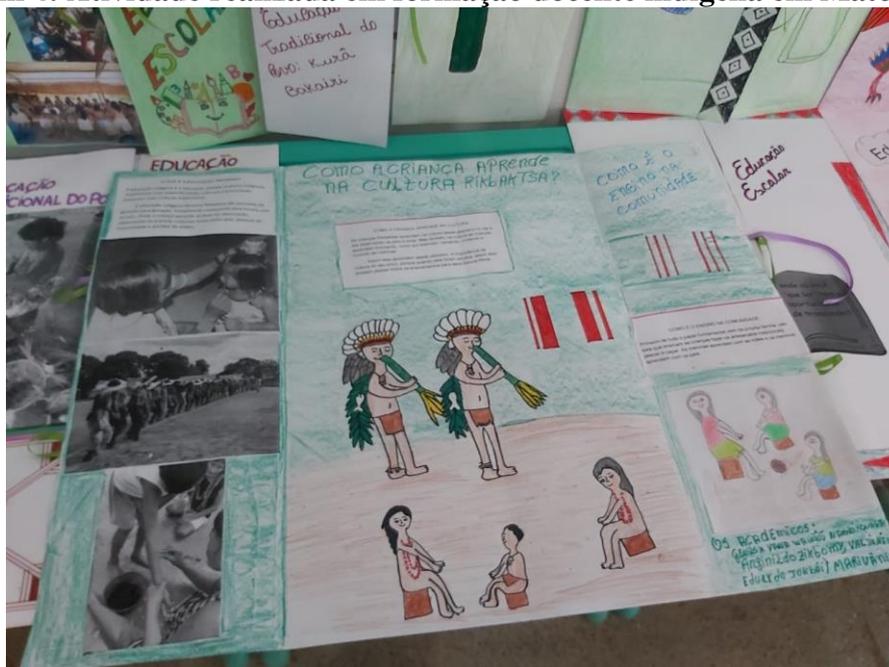
Em seu relato de experiência cedido para este trabalho, a professora formadora afirma que estes anos de trabalho com os indígenas tem lhe ensinado sobre resistência e sobre ser resistente em relação às lutas por direitos garantido na Constituição de 1988, sobretudo em relação à ausência de políticas públicas que garantam a qualidade e os princípios da educação escolar indígena no país.

Nos diálogos estabelecidos com professores indígenas nos cursos de formação, para ela é possível concluir que os jovens, os adultos, homens e mulheres indígenas estão buscando na formação os saberes da sociedade envolvente, querem um curso superior, ser professores e professoras formadas, querem fazer concurso público para trabalhar em suas comunidades.

Buscam também no conhecimento o fortalecimento de suas lutas, buscam a autonomia enquanto povos. São os povos da resistência e as universidades que têm projeto intercultural trabalham a interculturalidade. Em suas propostas pedagógicas consideram os saberes indígenas para o planejamento dos saberes universais e específicos de um curso de graduação, neste caso, o da matriz curricular da Pedagogia.

De acordo com seu relato, a maioria teve em seu processo de alfabetização muita dor e tristeza, foram alfabetizados por pessoas da cidade que não falavam a língua e nem conheciam a cultura. Contudo, quando lembram desta dor os indígenas afirmam que não querem e não vão trabalhar deste modo em suas comunidades.

**Imagem 4: Atividade realizada em formação docente indígena em Mato Grosso**



**Fonte:** Acervo pessoal da colaboradora, 2019.

Neste sentido, fica claro que estão cientes do que querem e por que necessitam da formação. Querem entender o seu entorno, as informações os bombardeiam nessa era da comunicação ocidental, o mundo está se transformando e eles estão percebendo isto e a educação que vem externamente os ajudam a compreender todo esse processo de globalização. De acordo com Paes

Não há mais como não perceber e tomar consciência das mudanças, em escala mundial, provocadas pelo crescente processo de globalização. Tal processo tem como alavanca principal as tecnologias de informações que tornam os povos mais próximos entre si, embora nem sempre, os homogeneizando. (PAES, 2002, p.52)

A remuneração do professor é também um dos motivos pela busca da formação inicial. Afinal, desejam mais qualidade de vida. Desejam os produtos que lhes são apresentados por meio da mídia e que só quem é remunerado pode obter. De acordo com Paes (2002), ainda que algumas populações vivam mais afastadas geograficamente das cidades, muitas delas têm acesso à informação e tecnologia e acabam conhecendo o que o mundo capitalista produz e adotando tais artefatos como necessários à vida.

Enfim, as professoras e professores indígenas buscam autonomia, qualidade de vida, o protagonismo pessoal e de sua comunidade em relação ao mundo ocidental. Assim, a formação, para eles, é uma das formas de lutar e resistir. Nesta perspectiva, cabe à discussão o que Certeau

relata acerca dos grupos indígenas que burlavam as leis e representações que lhes eram impostas por colonizadores espanhóis.

Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo. (CERTEAU, 2013, p. 39)

Os professores e professoras indígenas também não recusam a ordem dominante. A escola, que é uma instituição pensada, criada e utilizada pela sociedade dominante a fim de formar suas crianças e jovens para o mundo do trabalho, no contexto indígena, é utilizada não como espaço para esquecer os saberes tradicionais, mas como instrumento para adquirir os conhecimentos necessários para o fortalecimento das comunidades.

Desse modo, os cursos de formação para a docência indígena são concebidos como recurso que pode ajudar os grupos étnicos a assimilar o que lhes é apresentado sem perder de vista o que realmente lhes interessa: a defesa dos seus direitos, da sua identidade, sua terra, sua existência.

### **Considerações finais**

Esse estudo deu pistas de que a escola idealizada, pensada e discutida nos cenários dos cursos de formação ainda não está suficientemente materializada na prática docente, nem tampouco no universo de preocupações das comunidades e do poder público. Isso não significa que os professores indígenas não têm procurado os caminhos possíveis. Ao contrário, as escolas nas aldeias têm sido uma instituição organizativa e viabilizadora dos conhecimentos necessários para lidar com a sociedade envolvente.

A partir das análises realizadas, constatou-se que a formação docente era entendida pelos professores indígenas como um espaço onde poderiam aprender o que era tradicional do povo indígena e o que era de outros povos, passando a ser mais um ambiente de troca e de aprendizado de conhecimentos que servirão para ajudar os diferentes povos a garantir seus direitos.

Mesmo que a formação tenha o formato daquelas encontradas em sociedades não indígenas, incluindo as mesmas precariedades, os profissionais que lá atuavam procuravam

torná-la, de fato, da comunidade, abordando conteúdos daquele povo e ressignificando as metodologias.

A formação docente indígena contribui para que as práticas de ensino construídas nos espaços da educação escolar indígena sejam, de fato, diferenciadas, atendendo às demandas da comunidade, tornando a escola um lugar de problematização das suas próprias condições na sociedade. Assim as escolas nas aldeias têm sido uma instituição organizativa e viabilizadora dos conhecimentos necessários para lidar com a sociedade dos povos que não são indígenas. E atualmente, os professores que tem externado a sua condição de resistência, são vistos como novas lideranças, como aqueles que detêm o saber da cultura do povo e da cultura dos não indígenas. São eles que acompanham os outros líderes (velhos, capitães, conselheiros, cacique) nas negociações política, econômica e social que envolve a comunidade.

**Abstract:** In this article, we intend to discuss the importance of indigenous teacher training courses, as a strategy that indigenous peoples use for their political and cultural emancipation in the face of the secular threats that haunt them. Among the threats are those related to indigenous lands that are directly linked to the ways of life of these populations. In this context, the current scenario is one of growing murder of indigenous leaders, public policies that make exploitation in indigenous territories more flexible or that threaten to retake lands already demarcated. The data presented in this text come from semi-structured interviews with indigenous teachers from one of the villages of the Gavião Ikolen People who live Igarapé Lourdes Indigenous Land in the Municipality of Ji-Paraná, State of Rondônia, as well as a report via interview with a teacher who worked on indigenous teacher training courses in the interior of the State of Mato Grosso and that, expresses his impressions about what indigenous teachers want and expect from training courses. Such data were collected based on the theoretical assumptions of qualitative research. In the interviews, the courses were identified as having relevance to the preparation of teachers with regard to teaching. But, in addition, these courses are also a way that indigenous peoples find to move between indigenous knowledge and those who belong to the other, non-indigenous. In this way, indigenous teacher training courses help them to be able to fight and resist the attacks driven by current capitalist greed.

**Key words:** Indian people. Indigenous school education. Training of indigenous teachers. Violence. Resistance.

## Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto – Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Belém: Banco da Amazônia S/A, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação – Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial MJ e MEC nº 559, de 16 de Abril de 1991.** Disponível em: <<http://www.indigena.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 15 de jun de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: 1998.

BRASIL, Plano nacional de educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 19 de jun de 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERNANDES, Dulcilene Rodrigues. **A Formação dos Professores Indígenas de Tadarimana Compreendida como um Rito de Passagem**. – Dulcilene Rodrigues Fernandes – Cuiabá : UFMT – IE, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – São Paulo, USP, 2008.

GUAJAJARA, Sônia. Educação indígena: esperança de cura para tempos de enfermidade. In. CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação Contra Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. Prólogo de Fernando Haddad. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 171-174.

MAHER, Terezinha Machado. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 11-37.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: relume- Dumará, 1995.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international\\_labour\\_standards/pub/convencao%20169\\_2011\\_292.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf)>. Acesso em 15 de jun de 2012.

RODRIGUES, Laudinéa de Souza. **Xíxihra Ikólóéhj: a criança na perspectiva da formação de professores indígenas Gavião**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

TASSINARI, Antonella. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: LOPES, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana. Kawal Leal. **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. – 2, ed. – São Paulo: Global, 2001, p. 44-70.

---

<sup>i</sup> Survival Brasil Instagram. Acesso em: <25 de outubro de 2019>.

<sup>ii</sup> Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/numero-de-lideres-indigenas-mortos-em-2019-e-o-maior-da-decada/>> Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

<sup>iii</sup> Disponível em: <[www.cidh.oas.org/Projeto%20de%20Declaracao.html](http://www.cidh.oas.org/Projeto%20de%20Declaracao.html)> Acesso em 14 de jun. de 2012.